

A Educação Matemática e a importância de reconhecer os privilegios como obstáculos para a promoção de justiça social

The Mathematics Education and the Importance of Recognizing Privileges as Barriers to Social Justice

Geisa Abreu Lira Corrêa dos Santos¹

Renato de Carvalho Alves²

RESUMO

Apesar do avanço em relação à luta contra o racismo com leis e movimentos sociais, na prática os índices de desigualdade ainda são alarmantes. Fomos criados numa cultura eurocêntrica e racista na qual muitas vezes o que é relacionado ao branco é bom e o que é relacionado ao negro é ruim. Uma motivação para este artigo, que relaciona branquitude e racismo com a matemática, é tentar entender por que a representatividade negra nos cursos de graduação em matemática e áreas correlatas, na política e em diversas áreas ainda é bem pequena. Acreditamos ser de suma importância que todo professor, inclusive os de matemática, tratem sobre racismo e consequentemente branquitude nas suas aulas. É importante conhecer e entender sobre e, para isso, pretendemos neste artigo apresentar um ensaio teórico sobre os privilégios de pessoas brancas e como o entendimento deste privilégio pode ter consequências na luta contra o racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Branquitude; Racismo; Educação Matemática; Raça; Cotas Étnico-Raciais.

ABSTRACT

Despite progress in the fight against racism through laws and social movements, in practice, inequality rates remain alarming. We were raised in a Eurocentric and racist culture where, often, what is associated with whiteness is seen as good, and what is associated with Blackness is seen as bad. One motivation for this article, which connects whiteness and racism with mathematics, is to try to understand why Black representation in undergraduate mathematics programs and related fields, in politics, and in various other areas is still very limited. We believe it is of utmost importance that all educators, including mathematics teachers, address racism and, consequently, whiteness in their

¹ Colégio Pedro II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. geisa.santos.1@cp2.edu.br.
<https://orcid.org/0009-0000-1784-0848>

² Colégio Pedro II. renatoalves@cp2.g12.br. <https://orcid.org/0000-0002-4894-1470>



classrooms. It is important to learn about and understand whiteness and racism, and through this article, we aim to present a theoretical essay on the privileges of white people and how understanding these privileges can impact the fight against racism.

KEYWORDS: Whiteness; Racism; Mathematics Education; Race; Ethnic-Racial Quotas.

Introdução

Todos já ouvimos frases como as seguintes: “seu cabelo é ruim”, “precisamos clarear as ideias”, “vamos colocar tal item na lista negra”, “a situação tá preta”, sendo proferidas em diferentes contextos. Estas expressões, que muitas vezes já estão naturalizadas, frequentemente passam despercebidas por pessoas que ocupam posições de privilégio na estrutura racial.

Porém, o que ocorre é que muitas vezes são usadas sem se refletir que são expressões racistas. Vale ressaltar que, infelizmente, há pessoas que as emitem, conscientes de seu conteúdo. Acreditamos, sim, que é preciso conscientizar a todos sobre o significado que essas expressões carregam. Concordamos com Lia Vainer Schucman (2016, p. 15) quando diz: “O ponto forte do livro é seu objetivo político: não se constrói um antirracismo sólido sem compreender melhor os brancos e o seu racismo”.

Desta forma, precisamos cada vez mais estar atentos ao que falamos. Interessa-nos ressaltar, conforme cita Tadeu Tomaz da Silva, que

[...] a análise do racismo não pode ficar limitada a processos exclusivamente discursivos, mas deve examinar também (ou talvez principalmente) as estruturas institucionais e econômicas que estão em sua base. O racismo não pode ser eliminado simplesmente através do combate a expressões linguísticas racistas, mas deve incluir também o combate à discriminação racial no emprego, na educação, na saúde (1999, p. 87).

Mas poderíamos pensar: o que isso tem a ver com Matemática, ou com Educação Matemática? “Em termos sociais”, conforme interroga Silva (1999, p. 22), “quais devem ser as finalidades da educação: ajustar as crianças e os jovens à sociedade tal como ela existe ou prepará-los para transformá-la; a preparação para a economia ou a preparação para a democracia?” No entanto, os professores em geral, têm dificuldade em lidar com questões sociais em sala de aula, muitas vezes ligadas ao racismo e não se sentem preparados para abordar estas questões de forma crítica e pedagógica.

Como a Matemática por muito tempo foi considerada e praticada como uma ciência neutra e distante de assuntos da esfera social (Guse, Detoni, 2023), esses

temas eram deixados de lado nas aulas de Matemática, assim como na formação de professores da área. Nós, os autores deste artigo, acreditamos numa Matemática comprometida com a justiça social e, portanto, precisamos estar abertos para saber conversar com os alunos sobre assuntos políticos e sociais.

Outra motivação para este artigo que relaciona branquitude e racismo com a Matemática é vermos que a representatividade negra nos cursos de graduação em Matemática e áreas correlatas ainda é bem pequena. Assim como as mulheres não se veem representadas, uma vez que a maioria dos teoremas conhecidos têm nomes de homens (Pitágoras, Newton, Gauss ...), é possível que com pessoas pretas aconteça algo similar, acarretando uma circularidade tipo “efeito tostines”³: como os negros não se veem representados na Matemática (não veem muitos professores de Matemática negros ou feitos de cientistas ou Matemáticos negros), acabam não buscando essas áreas; por outro lado, como o número de pessoas pretas nessas áreas é pequeno, seus feitos acabam não sobressaindo e ficam apagados.

Segundo Schucman (2016, p. 59), “o intuito dos trabalhos sobre branquitude é preencher a lacuna nos estudos sobre as relações raciais que por muito tempo ajudou a naturalizar a ideia de que quem tem raça é apenas o negro”. Portanto, é importante conhecer e entender sobre branquitude e racismo. Pretendemos, com este artigo, apresentar um ensaio teórico sobre os privilégios de pessoas brancas e como o entendimento deste privilégio pode ter consequências na luta contra o racismo.

Desta forma, como educadores, precisamos estar atentos a que “visões de mundo”, que os professores trazem para a sala de aula, bem como aquelas que eles aí desenvolvem” (Silva, 1999, p. 69, grifos do autor). De acordo com Rosa e Giraldo (2023, p. 21),

Arrebatamos, então, nessa visão de matemáticas problematizadoras, a proposição epistemológica e educacional de problematizar. Assim, a problematização como proposta torna-se orientadora do que entendemos como transposição de problemas. Essa ação pode permear as formas de educar pela matemática na medida em que gera novos conflitos e desafios (problemas), que estão interligados, como modos de se ir além, em relação a problemas inicialmente apontados.

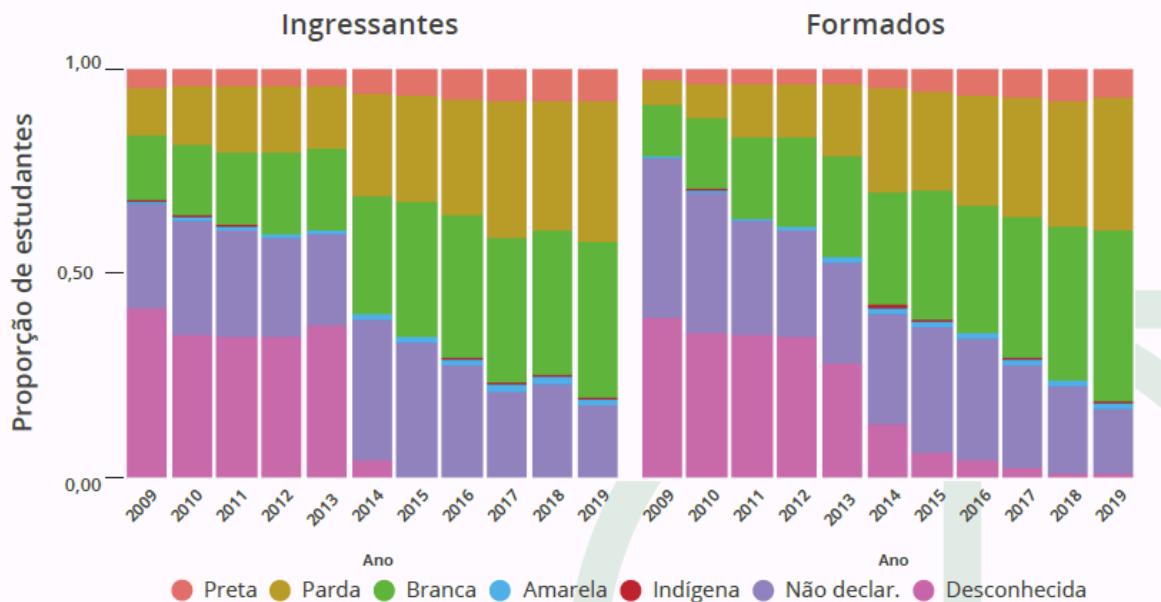
³ Dilema ou efeito tostines é uma expressão usada no mundo corporativo e tem sido adotada na academia para situações de causa e efeito com lógica circular, fazendo uma referência ao *slogan* da marca que dizia “Tostines é fresquinho porque vende mais, ou vende mais porque é fresquinho?”, também chamada de paradoxo condicional como o problema do ovo e da galinha, quem veio primeiro?

Sendo assim, acreditamos ser de suma importância que todo e qualquer professor, inclusive os de Matemática, tratem sobre racismo e consequentemente branquitude nas suas aulas. Surge, então, a indagação: como inserir essas discussões nas aulas de Matemática?

Uma possibilidade, por exemplo, é trabalhar com informações referentes à proporção entre estudantes de diferentes raças ingressantes nos cursos da área de Matemática.

Dados recentes do Noticiário da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), de maio de 2023, trazem um relatório do perfil dos estudantes de graduação em Matemática, Matemática Aplicada e Estatística no Brasil, analisando gênero e raça, e confirmam que a parcela de negros nestes cursos é bem pequena.

Figura 1 – Proporção de estudantes ingressantes e concluintes em cursos de Matemática, Matemática Aplicada, Estatística e Licenciatura em Matemática, no período 2009-2019.



Fonte: SBM (2023)

Uma ideia seria proporcionar aos alunos uma reflexão sobre os dados apresentados e tentar encontrar possíveis respostas para o porquê desta diferença. Mas, antes de apresentar outras possibilidades, vamos inicialmente discutir um pouco Branquitude, Racismo e Educação Matemática Crítica.

Branquitude e Racismo: conceitos interconectados ou independentes entre si?

É possível perceber um avanço em relação à luta contra o racismo, a partir de leis conquistadas com muito esforço pelos movimentos sociais. Lia Vainer Schucman destaca algumas

a Constituição Federal de 1988 preconiza que o Estado brasileiro tem o dever de promover a igualdade; em 2001, a presença brasileira na III Conferência Mundial contra o Racismo foi maciça, provocando uma situação em que o Estado brasileiro assumiu compromissos fundamentais na área de combate ao racismo; em 2003, foi sancionada a Lei n. 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino regular; a criação da SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, também em 2003; e, em 2012, a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal de que são constitucionais as ações afirmativas para promover a igualdade racial (2016, p. 21).

Apesar dos avanços, os índices de desigualdade ainda são alarmantes. É possível notar a prática da superioridade racial branca em relação às outras raças. E muitas vezes isso é consequência de os brancos não enxergarem (ou não quererem enxergar) seus privilégios e verem a si mesmos como regular/padrão e os demais como “outros”. De acordo com Cardoso (2011, p. 89)

[...] a desigualdade racial entre negro e branco não ocorre apenas pelo preconceito da pessoa ou grupo branco, mas também pelo interesse da pessoa e grupo branco de proteger e preservar suas vantagens raciais. Se o pacto narcísico ocorre também pelo interesse dos brancos em preservarem seus privilégios étnico-raciais, obviamente podemos considerar que o branco ao se compactuar se enxerga enquanto pessoa e grupo racializado.

Para as vítimas de racismo, isso muitas vezes pode gerar sentimento de raiva, pois perceber o impacto do racismo nas suas vidas é por vezes doloroso. Para alguns brancos que são beneficiados, quando se dão conta, sentem-se culpados. Esquecer, evitar esses assuntos faz com que esses sentimentos de culpa não existam (Bento, 2002). Sendo assim, “uma das contribuições que um branco pode fazer pela e para a luta antirracista é denunciar os privilégios simbólicos e materiais que estão postos nessa identidade” (Schucman, 2016, p. 27).

Nos tempos atuais, vemos pessoas mais preocupadas com a questão racial. Algumas pessoas brancas reconhecem as desigualdades históricas enfrentadas pelos negros, negam qualquer atitude ou pensamento preconceituoso, mas não estão dispostas a abrir mão do privilégio branco, “evitando reconhecer o impacto sobre as suas próprias vidas [...] é possível reconhecer as desigualdades raciais, mas não como frutos da discriminação racial cotidiana” (Bento, Carone, 2002, p. 157).

Nesta mesma linha encontramos Cardoso

Vale salientar que o ponto controverso dessa linha de interpretação resume-se no seguinte: a perspectiva que sustenta que o branco ignora, ou seja, não enxerga sua identidade racial, pode levar a branquitude a abster-se das responsabilidades dos seus privilégios

raciais por causa de sua ignorância, que impossibilita a reflexão sobre a própria identidade racial. (2011, p. 89).

Diversos autores relatam sobre o embranquecimento. Fanon (2008), em seu livro *Pele Negra Máscaras Brancas*, discorre sobre a vergonha e a construção social que negativa as raízes e ascendências negras. Sendo assim, colonizados não aceitariam sua imagem ou sua cor ou mesmo traços e características específicas dos negros. Kabengele Munanga (Carone, Bento, 2002) cita o ideal do branqueamento da população brasileira branca e negra, e que isto interfere na construção da identidade do negro, tanto a individual quanto a coletiva. Também influencia na autoestima, tornando baixa a da população negra e supervalorizando a população branca. Nesta linha completa Schucman

Dessa forma, o brasileiro pardo tenderia a se classificar como branco, o negro como pardo-moreno e o branco tende a recusar qualquer mistura biológica ou cultural com o negro, pois assim todos fugiriam dos estereótipos negativos relacionados ao negro em nossa cultura (Schucman, 2016, p. 57).

Portanto, a fim de destacar “distorções numéricas” encontradas quando levamos a raça em questão, iremos, nas seções seguintes, retomar os pontos destacados anteriormente, trazendo alguns levantamentos como a populações branca e negra em diversas áreas e setores, dentre eles: as regiões brasileiras, nas universidades, na política e tentar entender por que se dá tal cenário e quais os impactos dos resultados encontrados. Mas antes apresentaremos uma seção sobre Educação Matemática Crítica.

Educação Matemática Crítica e os desafios da justiça social

Para além de usar a matemática através somente da interpretação de tabelas ou gráficos estatísticos, precisamos entender que discutir assuntos políticos e sociais nas aulas de matemática é também fazer matemática. De acordo com Borba e Skovsmose (2008, p. 127),

resultados matemáticos e dados estatísticos são uma referência constante durante debates na sociedade. Eles fazem parte da estrutura da argumentação. Dessa forma, a matemática é usada para dar suporte ao debate político. Mas não apenas isso. Ela se torna parte da linguagem com a qual sugestões políticas, tecnológicas e administrativas são apresentadas. A matemática torna-se parte da linguagem do poder.

Os autores destacam que a matemática nas escolas é frequentemente apresentada como neutra, objetiva e universal e carrega em sua estrutura o que eles denominam de ideologia da certeza. Essa ideologia sustenta a falsa ideia de que há apenas uma forma correta de se pensar matematicamente o que geralmente está

vinculado a saberes eurocêntricos, o que inviabiliza grupos historicamente marginalizados. Quando ensinado sob esta lógica, o ensino de matemática pode reforçar privilégios como, por exemplo, a branquitude.

Além disso, Rosa e Giraldo (2023, p. 8 e 9), destacam que a matemática ensinada nas escolas é uma “matemática branca”, “apresentada a partir de uma narrativa histórica convencional”. Sobre este ponto, D’Ambrósio (2005) destaca que muitas vezes é ensinada uma matemática que não faz sentido para povos de culturas não europeias e ainda reforça que

[...] falar dessa matemática em ambientes culturais diversificados, sobretudo em se tratando de indígenas ou afro-americanos ou outros não-europeus, de trabalhadores oprimidos e de classes marginalizadas, além de trazer a lembrança do conquistador, do escravista, enfim do dominador, também se refere a uma forma de conhecimento que foi construído pelo dominador, e da qual ele se serviu e se serve para exercer seu domínio (D’Ambrósio, 2005, p. 114).

Para tanto, é preciso mudar essa visão de que a Matemática é neutra, até porque, conforme destacam Barbosa, Neto e Giraldo (2019), essa neutralidade é ilusória. É importante destacar como a produção matemática está inserida em contextos sociais específicos, e que há outras formas de se fazer e ensinar Matemática além da acadêmica.

Desta forma, concordamos com Fernandes e Ferreira (2025, p. 4) quando afirmam que:

a branquitude, em uma abordagem crítica, pressupõe uma disposição para o desmantelamento de estereótipos, o reconhecimento de privilégios e a atuação na luta contra o racismo, buscando alianças e participação ativa no movimento antirracista.

Segundo os autores, não pensar criticamente sobre a branquitude é se enxergar hierarquicamente superior a outras raças, o que “assegura privilégios, perpetuando estruturas sociais que favorecem predominantemente indivíduos e grupos brancos” (Fernandes, Ferreira, 2025, p. 15).

Portanto, concordamos com D’Ambrósio (2011, p. 204) quando diz que

um Educador Matemático deve utilizar aquilo que aprendeu como Matemático para realizar a sua missão de Educador. Portanto, um Educador Matemático é um educador que tem Matemática como sua área de competência e seu instrumento de ação, não um matemático que utiliza a Educação para a divulgação de habilidades e competências Matemáticas.

Desta forma, enquanto educadores e professores formados nesta área, compreendemos a Matemática como uma ferramenta e reconhecemos a matemática como um meio para que os alunos possam interpretar e compreender o mundo em que vivem. E entender a branquitude e os privilégios das pessoas brancas pode contribuir na luta contra o racismo.

A seguir, apresentaremos informações sobre negros e brancos em diversos contextos a fim de exemplificar discussões possíveis e propostas de reflexão que docentes de matemática poderiam propiciar aos seus alunos.

População negra e branca das cinco regiões do Brasil

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pela realização do Censo em nível nacional, apresenta como características de cor ou raça da população residente no país em 2022 os seguintes dados:

Quadro 1 – Percentual de pessoas residentes no Brasil que se autodeclararam brancas, pretas ou pardas em 2022

	Branca (%)	Preta (%)	Parda (%)	Pretos ou Pardos (%)
Brasil	42,8	10,6	45,3	55,9
Região Norte	19,7	8,3	70,1	78,4
Região Nordeste	24,9	13,4	60,5	73,9
Região Centro-Oeste	36,1	9,6	53,0	62,6
Região Sudeste	50,1	11,2	37,3	48,5
Região Sul	72,8	5,4	20,9	26,3

Fonte: IBGE Educa (2023)

Podemos perceber que, a partir da autodeclaração dos entrevistados pelo Censo em 2022, o maior percentual da população residente no Brasil se identificava com a cor parda, enquanto o menor com a cor preta. À exceção das regiões Sul e Sudeste, essa predominância de identificação com a cor parda permanece nas demais regiões do país. Já o menor percentual de pessoas se identificando como da cor preta permanece em todas as regiões brasileiras. O mais provável, porém, é que, se todos os entrevistados pudessem passar por um processo de heteroidentificação, os percentuais da tabela sofreriam variação.

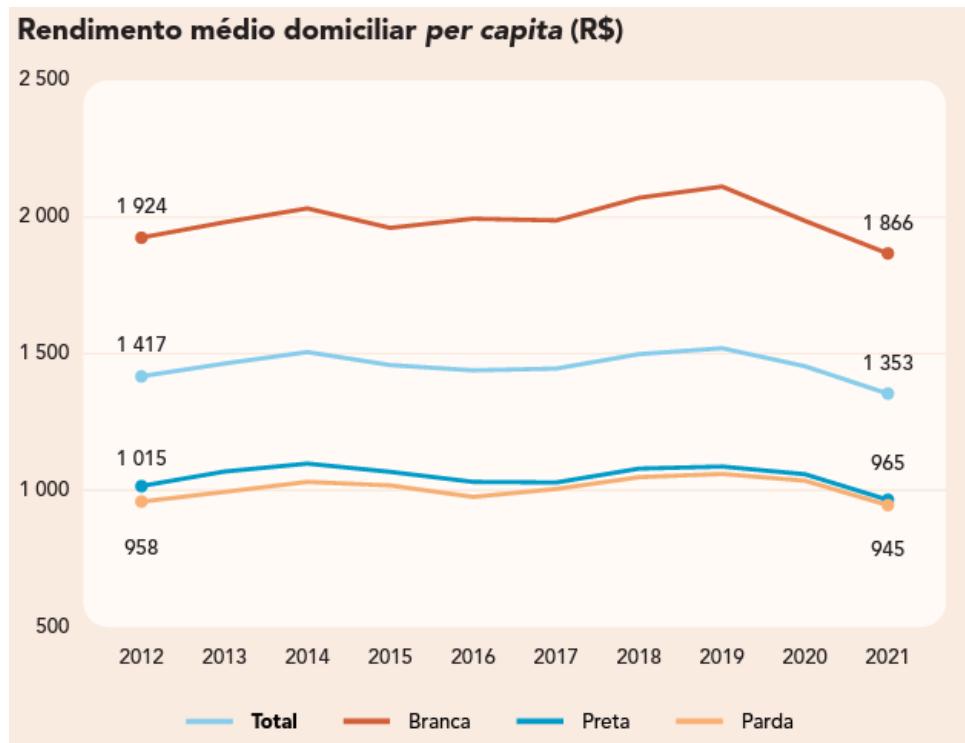
Conforme relata Schucman,

O fato de os estereótipos negativos estarem diretamente associados à cor e à raça negra fez também com que os brasileiros mestiços e grande parte da população com ascendência africana, de maneira geral, não se classificassem como negros, gerando um grande número de denominações para se designar as cores dos não brancos, como moreno, pessoa de cor, marrom, escurinho etc. Portanto, essa forma de classificação eliminou, não raramente, a identificação dos mestiços com a negritude e fez com que esses, nesses casos, não se classificassem como negros, bem como contribuiu para que permanecessem intactas todas as estereotipias e representações negativas dos negros (Schucman 2016, p. 100).

Devido à associação negativa aos estereótipos da cor preta, e às melhores oportunidades dadas a pessoas brancas ou com tom mais claro de pele, é possível que algumas pessoas que responderam ao Censo se identificando forma distinta da percepção social predominante, se declarando como brancos quando são na verdade pardos, ou como pardos quando são pretos.

O direcionamento de oportunidades relacionado ao tom de pele pode ser observado em diversos contextos. Para citar um exemplo, o rendimento médio domiciliar *per capita* (em reais) de pessoas pretas ou pardas tem se mantido em valores próximos, sempre abaixo da média nacional, e muito abaixo da média das pessoas brancas, como podemos ver no gráfico da figura 2.

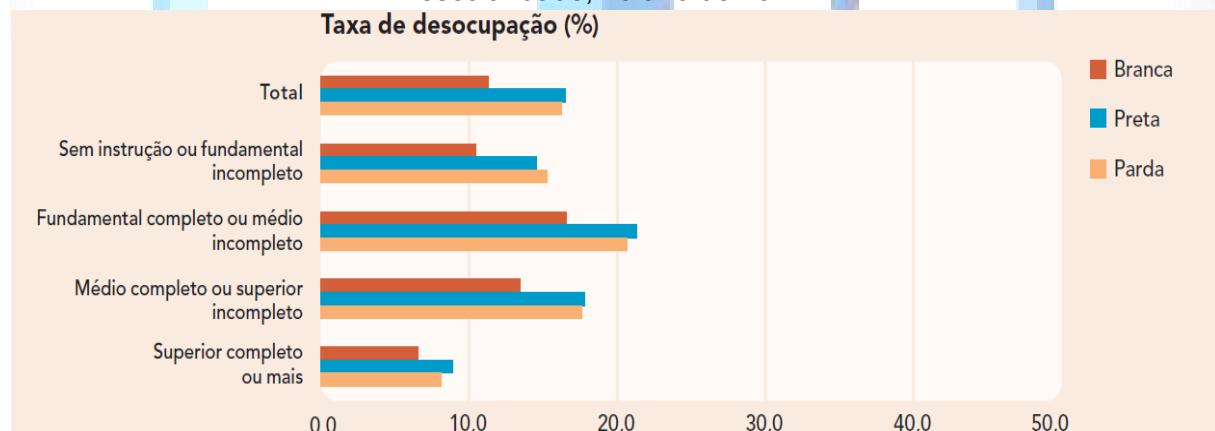
Figura 2 – Gráfico do rendimento médio domiciliar per capita em reais, no período de 2012 a 2021



Fonte: IBGE (2022)

Um outro exemplo pode ser observado quando são consideradas as taxas de desocupação (percentual de pessoas desempregadas) da população brasileira, cujos dados referentes ao ano de 2021 estão representados no gráfico da figura 3 de acordo com a escolaridade.

Figura 3 – Gráfico da taxa de desocupação da população brasileira de acordo com a escolaridade, no ano de 2021



Fonte: IBGE (2022)

A perspectiva da branquitude crítica nos permite observar que o número de pessoas pretas ou pardas desocupadas no ano de 2021 era muito superior ao de pessoas brancas, independentemente do nível de escolaridade dos entrevistados.

Uma das formas de percebermos os privilégios da branquitude pela Matemática vem da análise mais apurada de informações como as do gráfico da figura 3 em comparação com as contidas no quadro 1: embora apenas cerca de 10% das pessoas tenham se autodeclarado como pretas, em quase todas as faixas de escolaridade, o percentual de pessoas desocupadas é maior dentre esta parcela da população. Se de fato este grupo compõe uma minoria da população, o que explica serem o grupo majoritário dentre as pessoas sem ocupação?

No que segue, daremos prosseguimento com a análise de informações relacionadas a cor ou raça e política.

População negra e branca na política

Em relação à representatividade na política, podemos perceber que o número de deputados que se identificam como pretos ou pardos também não reflete o que observamos na população geral. Tomando como exemplo os deputados federais e estaduais eleitos no ano de 2022 e que se declararam pretos ou pardos, temos:

Quadro 2 – Percentual de deputados federais eleitos autodeclarados pretos ou pardos nas eleições de 2022 para a Câmara Federal

	Deputados	Pretos ou Pardos	Pretos ou Pardos (%)
Brasil	513	136	26,5
Região Norte	65	31	47,7
Região Nordeste	151	54	35,8
Região Centro-Oeste	41	8	19,5
Região Sudeste	179	38	21,2
Região Sul	77	5	6,5

Fonte: Observatório do Conhecimento (2023)

Quadro 3 - Percentual de deputados estaduais eleitos autodeclarados pretos ou pardos nas eleições de 2022 para as Assembleias Legislativas

	Deputados	Pretos ou Pardos	Pretos ou Pardos (%)
Brasil	1 059	375	35,4

Região Norte	185	105	56,8
Região Nordeste	341	151	44,3
Região Centro-Oeste	113	37	32,7
Região Sudeste	271	73	26,9
Região Sul	149	9	6,0

Fonte: Portal de Notícias do G1 (2023)

Seja comparando o número de deputados eleitos com toda a população brasileira, seja comparando os deputados eleitos para cada região com a população específica da referida região, é possível observar uma sub-representação da população autodeclarada preta ou parda entre os deputados. Na esfera federal, deputados pretos ou pardos eleitos não são maioria em nenhuma das regiões do Brasil. Já na esfera estadual, apenas a região norte do país teve um quantitativo de deputados eleitos superior a 50% (mas ainda longe dos 78,4% autodeclarados pretos ou pardos que habitavam a região).

Essa sub-representação provavelmente reduz a chance de se elaborarem políticas públicas que busquem mitigar as desigualdades (IBGE, 2022) no acesso dessa população à renda, moradia, trabalho, saúde, educação e outros itens necessários ao bem-estar social, uma vez que muitos destes parlamentares não compartilham das experiências vivenciadas pelos grupos historicamente marginalizados o que limitaria a sensibilidade pelas pautas raciais.

Desta forma, conforme destacam Rosa e Giraldo (2023, p. 8),

[...] a branquitude se baseia no estabelecimento de um padrão de “normalidade” e na desqualificação daquilo que diverge deste —assim como é o caso da Matemática não problematizada, que carrega consigo a verdade matemática, o “certo”, o que é “normal” de se conhecer, as lentes “corretas” pelas quais se deve ler e escrever o mundo. A branquitude, historicamente constituída, não é percebida, ou assumida e, muitas vezes, “passa em branco” ou até mesmo é renegada.

Sendo assim, considerando o branco como “a normalidade”, as questões raciais não precisariam ser pautadas.

Ainda no campo do exercício da política, não existe a submissão de parlamentares eleitos ao parecer de comissões de heteroidentificação, para que sejam atestados os perfis de cor ou raça declarados no momento das candidaturas. Com isso, o número de parlamentares eleitos que podem ser de fato considerados como pretos ou pardos pode ser ainda menor do que apontam as estatísticas

oficiais, uma vez que vários não seriam considerados tendo tais características de cor ou raça.

De fato, dos 136 deputados federais autodeclarados pretos ou pardos eleitos em 2022, 19% haviam se autodeclarado como brancos na eleição anterior. E uma banca de heteroidentificação formada por 5 pesquisadores especializados na área e com anos de atuação em universidades e concursos públicos atestou que quase a metade dos eleitos autodeclarados pretos ou pardos para a Câmara Federal, Assembleias Legislativas Estaduais e para o Senado são, na verdade, brancos.

Portanto, comparando e analisando as tabelas apresentadas, outra forma de entender os privilégios da branquitude é perceber que, enquanto em termos populacionais, brancos correspondem a aproximadamente 43% e negros correspondem a aproximadamente 56%, vemos que essas porcentagens não se mantêm quando analisamos a representatividade por cor ou raça em cargos políticos, em diferentes esferas de poder no país.

Para finalizar, traremos uma análise sobre a representatividade de cor ou raça em universidades.

População negra e branca nas universidades e o "problema" das cotas

Durante muitos anos, o acesso da população negra às universidades era bem inferior ao da população branca. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1995, a cada 100 jovens negros de 18 a 24 anos, apenas dois estavam frequentando algum curso de nível superior, enquanto considerando 100 jovens brancos esse número subia para nove. Considerando dados entre 2009 e 2015, a população negra em cursos de nível superior cresceu 25%, aumento esse provavelmente atrelado à Lei nº 12.711/2012 (Lei das Cotas)⁴. Vale ressaltar que nesse período o crescimento da população autodeclarada negra foi de apenas 5%, portanto, o aumento no nível superior foi bem significativo.

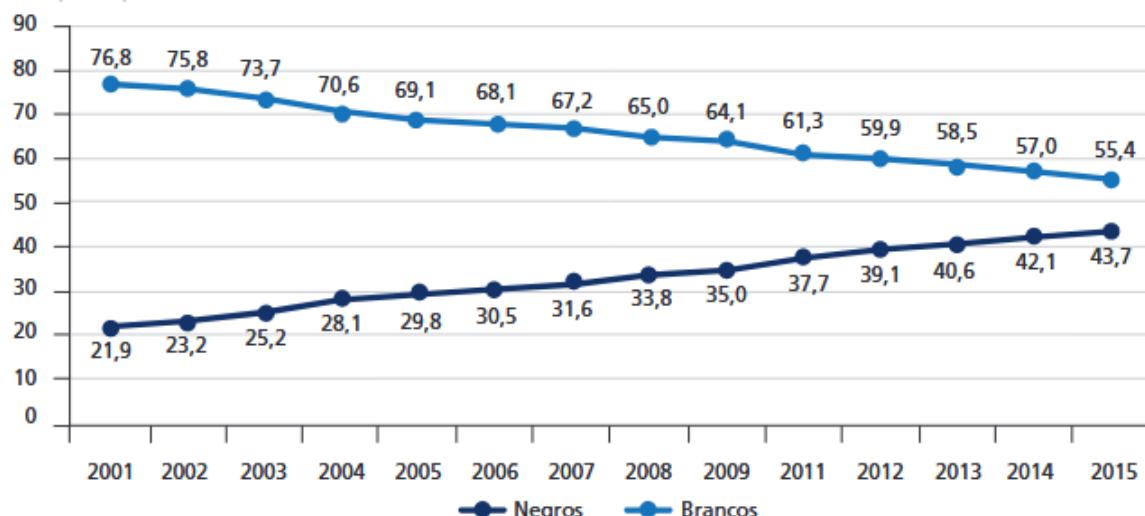
Uma das justificativas para esse número inferior de negros no ensino superior é que dados deste mesmo estudo mostram que, das pessoas com mais de 25 anos, 60% dos negros ainda não completaram o ensino médio, enquanto, para os brancos, essa porcentagem é de 45,5%. Vemos aqui, assim como na análise da desocupação, que, quando nos referimos às desvantagens, a porcentagem negra sendo superior à branca acompanha as proporções populacionais.

⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso: 04 out. 2025.

Sendo assim, a Lei das Cotas vem de alguma forma corrigir porcentagens que são incompatíveis com a proporção apresentada no quadro 1. Enquanto em 2001, dentre as pessoas que frequentavam o nível superior, os brancos representavam 76,8% e os negros 21,9%, em 2015 vemos que as porcentagens agora são 55,4% e 43,7%, respectivamente. De acordo com Schucman,

As ações afirmativas, como as cotas, cumprem, dessa forma, um objetivo estratégico duplo. Em primeiro plano, elas têm a função de compensar e corrigir as desigualdades de acesso aos bens públicos; em segundo plano, elas favorecem o processo de construção da identidade racial dos negros, fortalecendo a mobilização e a construção das vítimas do racismo brasileiro como sujeitos políticos (2016, p. 87).

Figura 4 – Distribuição percentual de estudantes de graduação no Brasil no período 2001-2015



Fonte: IPEA (2023)

Porém, apesar de ser uma medida positiva de correção, temos dois problemas principais:

- 1) Enfrentar as pessoas que são contra as cotas, geralmente brancos que sentem suas possibilidades de acesso às universidades ou concursos públicos ameaçadas;
- 2) Implementar uma política de ações afirmativas realmente justa, ou seja, como impedir as tentativas de fraude.

De acordo com Rodrigues (2022, p. 312),

O Brasil tem registrado um aumento da população negra no país, recorrentemente atribuído às dinâmicas do processo de autodeclaração étnico-racial: mais pessoas estariam se identificando como pardas e pretas. Não coincidentemente, esse crescimento acompanha a ampliação das políticas afirmativas.

Ou seja, se no passado ser negro era considerado ruim e as pessoas evitavam se identificar como negras produzindo o chamado embranquecimento da

população, hoje em dia, para usufruir da política pública das cotas, as autodeclarções têm mudado. Ainda de acordo com a autora, antigamente os antepassados negros eram “apagados” da nossa história; hoje, a existência de qualquer ascendente negro na família se torna motivo para requerer cotas:

Isso desenha um desafio, porque diferentes casos denunciados pelos movimentos sociais apontam para a apropriação indevida dessas políticas pelos sujeitos brancos, que reivindicam uma parditude em referência a antepassados negros de sua família (*Ibidem*).

Sendo assim, trabalhos como esse buscam conscientizar pessoas da realidade enfrentada pela população negra e a importância e necessidade da política das cotas.

Uma pesquisa realizada por Senkevics e Mello (2019) analisou o perfil de estudantes ingressantes no Ensino Superior de 2012 a 2016 a partir do documento Censo da Educação Superior.

Quadro 4 – Participação (%) dos jovens de 18-24 anos com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, por cor/raça na população e nas IFES - Brasil e grandes regiões - 2012/2016

	Brancos e Amarelos				Pretos, Pardos e Indígenas			
	2012		2016		2012		2016	
	Total	IFE S	Total	IFE S	Total	IFE S	Total	IFE S
Brasil	32,1	37,0	31,7	30,9	50,2	33,9	54,3	42,7
Região Norte	16,6	22,3	16,7	15,9	72,8	61,5	75,3	70,4
Região Nordeste	20,8	30,2	22,1	23,4	72,1	48,9	72,8	60,2
Região Centro-Oeste	24,2	32,8	26,2	26,6	51,6	34,6	56,0	41,4
Região Sudeste	37,4	38,7	35,4	33,0	40,5	25,8	46,3	34,7
Região Sul	54,4	56,2	55,5	50,7	17,8	10,0	21,5	16,8

Fonte: Senkevics e Mello (2019)

Podemos perceber no quadro 4 que, em 2012, o percentual de ingressantes nas IFES que se autodeclararam brancos ou amarelos era proporcionalmente maior do que essa mesma parcela na população, tanto em termos nacionais quanto em cada uma das grandes regiões. No mesmo ano, o inverso ocorria com a população

autodeclarada preta, parda ou indígena: o percentual de ingressantes nas IFES foi proporcionalmente menor do que essa mesma parcela na população.

No ano de 2016, a diferença entre os percentuais da população branca e amarela e de ingressantes nas IFES com essas características de cor/raça diminuiu, passando a terem valores relativamente próximos. Essa diferença também diminuiu no caso da população geral e de ingressantes nas IFES autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Embora a diferença nesse caso permaneça maior do que a que ocorreu entre brancos e amarelos, é perceptível o impacto da implementação da Lei das Cotas para a correção das distorções anteriormente verificadas, promovendo oportunidades mais justas de acesso ao Ensino Superior.

A Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) também trouxe, em 2023, um estudo a respeito do perfil dos estudantes de graduação no Brasil nos cursos de Matemática, Matemática Aplicada, Licenciatura em Matemática e Estatística. Dentre as diversas informações apresentadas no estudo, destacamos as que se referem aos dados sobre os ingressantes e concluintes nestes cursos, no período de 2009 a 2019.

A importância desse estudo por raça se deve ao fato de que, como citamos no início deste texto, os negros não se veem representados na matemática e, durante muito tempo, acreditava-se que apenas os brancos ou asiáticos eram bons em matemática. Conforme destaca Battey e Leyva (2016, p. 64)⁵

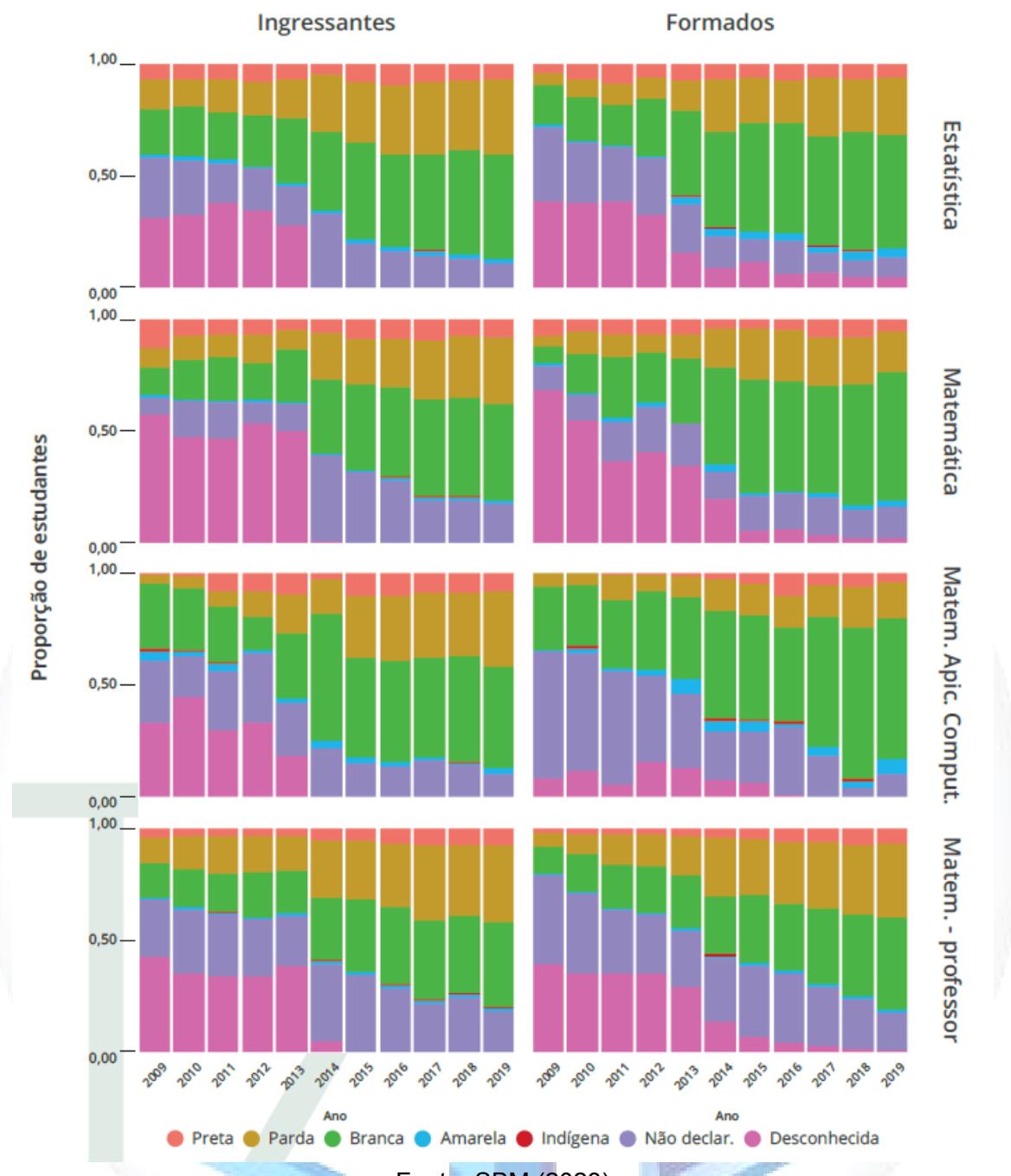
A hierarquia racial da capacidade matemática beneficia as identidades que os alunos brancos e asiáticos americanos podem construir com o domínio, enquanto o discurso que a acompanha sobre o caráter inato da capacidade matemática torna a hierarquia racial estável. (Tradução nossa).

Pelo gráfico apresentado a seguir (Figura 5), vemos que os graduandos negros representam uma faixa bem pequena. Dados curiosos mostram, como citamos em seções anteriores, que as autodeclarações têm mudado o perfil dos ingressantes. Enquanto de 2009 a 2013 tínhamos uma grande parcela de pessoas com “raça desconhecida”, esse número, a partir de 2014, passou quase a inexistir, já que essa informação passou a valer para o ingresso, principalmente no que diz respeito às cotas. Ainda assim, vemos que os dados referentes a “raça não declarada” ainda representam um percentual considerável. Outro destaque está no

⁵ The racial hierarchy of mathematics ability benefits the identities that White and Asian American students can construct with the domain while the accompanying discourse of innateness of mathematics ability makes the racial hierarchy stable.

fato de que, considerando os ingressantes, brancos e pardos estão cada vez mais próximos em quantidade percentual.

Figura 5 – Gráfico com percentuais de ingressantes e concluintes nos cursos de Matemática, Matemática Aplicada, Estatística e Licenciatura em Matemática, no período de 2009 a 2019.



Fonte: SBM (2023)

Uma das falácias comuns na época de implementação da Lei das Cotas afirmava que a iniciativa seria inócuia, por incluir nas universidades estudantes que não teriam as condições necessárias para esse nível de formação, e que abandonariam os estudos, aumentando as taxas de evasão das instituições.

Para além do fato de detalhar, para esses cursos, o baixo percentual de pessoas pretas ingressantes e concluintes, consideramos como importante que os gráficos da figura 5 revelem que não parece haver diferença significativa na proporção de formandos e calouros quanto à cor ou raça. Ou seja, a taxa de formandos dentre os estudantes pretos ou pardos nos quatro cursos analisados não mostra diferenças significativas para os ingressantes com esse mesmo perfil que sejam tão maiores do que as pessoas das demais cores e raças. Elas são maiores entre os cursos de Estatística, Matemática e Matemática Aplicada, e menor na Licenciatura em Matemática.

Os dados apresentados nas seções supracitadas não apresentam apenas as disparidades numéricas, mas evidenciam um sistema educacional por vezes excludente. É preciso entender que a baixa representatividade negra em espaços de prestígio não tem relação com a falta de mérito de pessoas pretas e sim com os privilégios de pessoas brancas. Desta forma, através da branquitude crítica, é possível notar que subjacente a opinião contra as cotas está o desejo pela manutenção dos privilégios, uma expressão do pacto narcísico.

Considerações Finais

Neste artigo trouxemos, através da Matemática e de conceitos estatísticos – análise de gráficos, tabelas, informações na forma percentual, uma forma de enxergarmos os privilégios da branquitude. Uma vez que a população autodeclarada branca se equipara em números à população autodeclarada parda, e, quando consideramos a população autodeclarada como negra (pretos ou pardos), esse número é bem superior ao da população branca, vemos que a superioridade de pessoas pretas ou pardas não se mantém em todas as categorias de informação referentes à população.

As consequências são inevitáveis: a neutralidade de cor/raça protege o indivíduo branco do preconceito e da discriminação raciais na mesma medida em que a visibilidade aumentada do negro o torna um alvo preferencial de descargas de frustrações impostas pela vida social (Carone, Bento, 2002, p. 23).

Do ponto de vista estatístico, seria esperado que a presença de pessoas negras nas diferentes áreas e setores, como os apresentados, refletisse a proporção na população geral. No entanto, conforme analisamos, nos aspectos positivos como presença na política ou nas universidades há uma sub-representação, enquanto em aspectos negativos como o desemprego a representatividade é elevada.

A reversão dessas carências e falta de oportunidades deve ser um objetivo a ser perseguido pelas lideranças e governantes eleitos. Vimos, porém, que, dentre os diversos entraves para tal reversão, está uma representatividade política que não reflete de fato o percentual de pretos e pardos da população brasileira, fazendo com que esteja nas mãos de pessoas brancas que estão no poder o dever de lutar e defender os direitos de pessoas negras.

Por fim, em relação ao acesso ao nível superior, precisamos cada vez mais quebrar essa concepção da supremacia intelectual branca em relação à negra, principalmente no que diz respeito à matemática e áreas afins. Novamente com Battey e Leyva (2016, p. 71)⁶ “Com brancos e americanos asiáticos [...] no topo da hierarquia da habilidade matemática, a brancura nas salas de aula de matemática opera de maneira que os brancos são considerados ou assumem ser naturalmente inteligentes em matemática.”

Percebemos que a Lei das Cotas veio para tornar o ingresso mais justo e igualitário. Vemos que não há uma grande distorção entre os concluintes de raça parda em alguns cursos, porém ainda há um trabalho a ser feito para que não haja a fraude nas cotas, as autodeclarações distorcidas e que a população se faça consciente que quando analisamos contextos mais amplos medidas corretivas se fazem necessárias.

Entendemos que é importante que todos os professores, incluindo os de matemática, possam trazer para sua sala de aula análises e discussões sobre os privilégios da branquitude. Embora nossos exemplos no artigo tenham utilizado principalmente conceitos estatísticos, outros temas presentes no ensino fundamental e no ensino médio também podem ser abordados com esse objetivo. Podemos citar como exemplos conceitos como razão, proporção, porcentagem, dentre outros, como sendo também férteis para um trabalho educacional sobre esse assunto.

Referências

BARBOSA, Gabriela dos Santos; NETO, Cléber Dias Costa; GIRALDO, Victor Augusto. Formação inicial de professores de matemática: crenças sobre ensino e empoderamento junto à população LGBTQI. **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 11, n. 27, 28 fev. 2019.

BATTEY, Dan; LEYVA, Luis A. A framework for understanding whiteness in mathematics education. **Journal of Urban Mathematics Education**, v. 9, n. 2, 2016.

⁶ With Whites and Asian Americans [...] at the top of the hierarchy of mathematics ability, whiteness in mathematics classrooms operates in ways that Whites are assumed or assume themselves to be innately intelligent in mathematics.

BORBA, Marcelo C.; SKOVSMOSE, Ole. A ideologia da certeza em educação matemática. In: SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 127-148.

Brasil de Fato. Dos 135 deputados federais negros eleitos, 19% eram brancos na última eleição. 11 de outubro de 2022. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2022/10/11/dos-135-deputados-federais-negros-eleitos-19-eram-brancos-na-ultima-eleicao>. Acesso em 21 dez. 2024.

CARDOSO, Lourenço. O branco-objeto: O movimento negro situando a branquitude. **Instrumento: Revista de estudo e pesquisa em educação**, v. 13, n. 1, 2011.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Editora Vozes Limitada, 2002.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 99-120, jan./abr. 2005. DOI:
<https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000100008>.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **A busca da paz como responsabilidade dos matemáticos**. Cuadernos de investigación y formación en educación matemática, 2011.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Felipe Santos; DIAS FERREIRA, José Carlos. "Professor, você já reparou que ele é branco? : Reflexões sobre Branquitude e Educação Matemática. **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 18, n. 49, p. 1-17, 29 abr. 2025.

GLOBO.COM. Eleições 2022 - G1. Disponível em:
<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/>. Acesso: 21 dez. 2024.

GUSE, Hygor Batista; DETONI, Hugo dos Reis. Uma (Educação) Matemática Normalizadora: : Análise de Fóruns de um Curso de Extensão sobre Estudos de Gênero e Educação Matemática. **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 047–070, 2023. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/63186>. Acesso em: 16 jan. 2025.

IBGE Educa. Disponível em:
<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em 21dez. 2024.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em 21 dez. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>. Acesso: 21 dez. 2024.

IPEA. População negra conquista espaço no ensino superior. 26/06/2020. Disponível em:
https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35896. Acesso 21 dez. 2024.

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO. Deputados federais negros e eleitos em 2022: uma análise regional e partidária, por Maria Eduarda O. Alves. 3 de novembro de 2022. Disponível em: <https://observatoriodoconhecimento.org.br/deputados-federais-negros-e-eleitos-em-2022-uma-analise-regional-e-partidaria-por-maria-eduarda-o-alves/>. Acesso em 21 dez. 2024.

ROSA, Mauricio; GERALDO, Victor Augusto. (2023). Transposing problems: towards a decolonial based and (re)inventive Mathematics Education “doesn’t go blank”. **Revista Internacional De Pesquisa Em Educação Matemática**, 13(2), 1-25. <https://doi.org/10.37001/ripem.v13i2.3396>

RODRIGUES, Gabriela Machado Bacelar. **Incorporando a mestiçagem: a fraude branca nas comissões de heteroidentificação racial**. Horizontes Antropológicos, v. 28, p. 307-331, 2022.

SMB. **Sexo e Raça em Matemática, Matemática Aplicada e Estatística: Perfil dos Estudantes de Graduação no Brasil**. Noticiário SBM. 2023

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. Veneta, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 83-94, 2014.

Senkevics, A. S., & Mello U. M. O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas? **Cadernos de Pesquisa** V. 49, n. 172, p. 184-208, 2019.

SOUZA, Bruno Gonçalo Penedo. **EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA E JUSTIÇA SOCIAL: POSSÍVEIS DESAFIOS**. Editora Realize, 2018. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2018/TRABALHO_EV111_MD1_SA8_ID918_03062018232137.pdf. Acesso: 21 dez. 2024.

SILVA, Tatiana Dias. **AÇÃO AFIRMATIVA E POPULAÇÃO NEGRA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ACESSO E PERFIL DISCENTE**. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf. Acesso em 29 jul. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

UOL POLÍTICA. **Metade dos parlamentares eleitos que dizem ser negros são brancos**. 20/11/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/20/metade-dos-parlamentares-eleitos-que-dizem-ser-negros-sao-brancos.htm>. Acesso em 21 dez. 2024.

Submetido em: 20/12/2024

Aceito em: 24/09/2025